

Conselho Municipal de Saúde Arapongas-Pr

1 Ata da reunião ordinária de nº 130. Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e seis, foi realizada a
2 reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde nas dependências do Salão Rainha da Amizade, da
3 Paróquia Nossa Senhora Aparecida, sito à Rua Drongo nº-1195, com início as 19:50 horas O Secretário
4 Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. Jose Roberto Vidotto , iniciou a reunião cumprimentando
5 à todos e pedindo a aprovação do CEO, módulo I para II, já englobados e solicitação de mais três equipes
6 de saúde bucal, no que todos concordaram. A seguir pediu a aprovação da ata anterior de nº-129, sendo
7 que a Conselheira Irene, disse que na linha 158, estava referindo-se à sua área. A Conselheira Izabel,
8 colocou que, quando foi solicitada a aprovação do 24 horas no Jaime de Lima, foi aprovada a reforma e não
9 a construção. O Conselheiro Venceslau disse que não saiu a sua fala sobre o PSF e 100% da vacinação. O
10 Conselheiro Zanatta, fez um questionamento sobre filantropia, que é um assunto pendente, mas que já está
11 alocado para pauta futura, pois a de hoje já está muito extensa. Também comunica que na ata em questão,
12 a partir da linha 289, foi acrescentada a ata da Comissão de Controle e Avaliação, realizada no Hospital
13 Regional João de Freitas. Isso posto a ata nº-1298, foi aprovada. Continuando a Reunião, o Dr. Vidotto
14 falou sobre os pré-projetos e que três emendas foram aprovadas, mas não sabemos ainda se os
15 Deputados aprovarão ou não, que são as dos medicamentos, compra de equipamentos para o Cisam e
16 construção de uma UBS, no Jardim Primavera. A seguir o Presidente falou sobre a resposta que a
17 Prefeitura enviou ao Tribunal de Contas da União, sobre a ausência de licitação na compra de
18 medicamentos e explicou que em janeiro e abril (2005), houve uma compra de medicamentos de
19 emergência, pois encontraram a farmácia desabastecida e por falta de tempo, fizeram uma licitação, mas
20 não deu certo e novamente foi preciso comprar sem licitação e por ser início de mandato, na Prefeitura,
21 havia urgência de se comprar medicamentos de uso contínuo. Tudo está á disposição, para possível
22 averiguação, sendo possível um acompanhamento com relação à compra desses medicamentos. O
23 Conselheiro Zanatta pediu que se colocasse esse assunto em pauta e explicou que na época, o Conselho
24 foi chamado na Prefeitura, com os auditores do SUS e essa situação toda não foi explicada, pedimos cópias
25 dos documentos, tomamos conhecimento do assunto, tornamos a pedir ao então Secretário de saúde, mas
26 ficou por isso mesmo. Dr. Vidotto disse que agora teremos essa documentação completa, com a resposta
27 da Prefeitura. A Conselheira Maria de Lourdes, falou que temos que acompanhar essa questão e devemos
28 analisar a parte física dessa compra, pois existe uma diferença muito grande na quantidade, sendo que o
29 Dr. Vidotto esclareceu, que o responsável pela contagem, não contou o geral, mas está tudo no depósito.
30 Para que isso não ocorra mais, está sendo implantado um programa de cartão. Que ficará agendado,
31 constando tudo sobre o paciente, inclusive o seu histórico e o medicamento que ele pegou. Todas as
32 Unidades de Saúde, serão informatizadas, em rede, não ocorrendo o perigo de haver erros e a
33 responsabilidade do farmacêutico será maior, também não acontecerá que o mesmo paciente vá duas
34 vezes, em unidades diferentes. Quanto ao paciente de fora, não estamos negando medicamentos, mas com
35 a informatização, isso vai ter que parar. A Conselheira Maria de Lourdes, disse que é bom que isso ocorra,
36 pois já foi na casa de uma paciente, que tinha um estoque grande de um determinado medicamento e
37 devemos lutar para que não haja auto-medicação e que ela, como farmacêutica, sempre tomou cuidado
38 com isso. Tem paciente que quiser levar seu medicamento todo de uma vez e isso também não está certo,
39 tem normas a serem seguidas. O Conselheiro Jorge, perguntou se um paciente que está com seu
40 medicamento vencendo (uso contínuo), poderá pegar novamente e lhe foi respondido que sim, mas no
41 tempo certo. A informatização irá minimizar o problema do medicamento, pois muitos internamentos são
42 conseqüências de auto-medicação. O Conselheiro Antonio Martins , pergunta se para fazer esse cartão
43 único, estão pedindo a apresentação do título de eleitor e o Dr. Vidotto lhe respondeu que sim, pois é o
44 único documento que prova que a pessoa é da nossa cidade. O Conselheiro Venceslau perguntou se essa
45 informatização vai beneficiar os moradores da sete casas (zona rural), já que aquela região pertence ao
46 Município de Londrina, só que eles gastam aqui, tem título daqui, etc.. O Dr. Vidotto disse que eles ficarão
47 agregados aqui e serão atendidos, pois o Prefeito de Londrina, não consegue atendê-los. Nós conhecemos
48 aquele pessoal, eles gostam daqui e será uma exceção para com eles. O Conselheiro Venceslau também
49 perguntou se eles virão aqui ou nós iremos até lá, pois reclamaram que não tem atendimento no local e o
50 Dr. Vidotto respondeu que Arapongas não pode ir lá, mas eles poderão vir procurar atendimento aqui. A
51 Conselheira Izabel parabeniza o Dr. Vidotto por essa informatização, lembrando que Londrina já tem e deu
52 certo. Disse que pega medicamento de uso contínuo, foi buscar e não foi carimbado, como isso não está
53 certo, pediu que seja corrigido. O Dr. Vidotto informou que essas falhas vão acabar com a informatização, o
54 problema é com os atendentes que não usam o bom senso, por isso haverá também um treinamento. O
55 Conselheiro Zanatta, esclareceu que o Município não tem como cobrar, de outro Município, os
56 medicamentos e outros procedimentos e a exigência do título de eleitor, que pode não ser legal é uma
57 precisão. O Promotor, Dr. Luiz Marcelo colocou que, se uma visita vem em sua casa e precisa de
58 atendimento médico e remédio não seria possível pedir-lhe o título de eleitor, mas o Dr. Vidotto disse que,
59 nesse caso, ele poderá sim, ser atendido. O sistema funcionará mediante o cartão, mas haverá exceções ,
60 no caso de ser uma visita, ou um viajante, nunca deixará de ser atendido e o medicamento será como extra
61 Município . A Sra. Alzira, convidada, disse que no Jaime de Lima, tem um médico que manda as pessoas
62 chegarem às 11:00 horas, mas ele mesmo só chega às 14:00 horas, deixando todo mundo esperando e o

Conselho Municipal de Saúde Arapongas-Pr

63 Dr. Vidotto disse que já foi conversado com esse médico, mas irá falar com ele novamente. O Dr. Luiz
64 Marcelo disse que vai voltar a fazer suas blitz e que gostaria de saber o nome desse médico, pois isso é um
65 absurdo. O Conselheiro João de Freitas, complementando o que o Dr. Vidotto falou sobre atendimentos de
66 pessoas de fora, lembrou que tempos atrás, um ônibus tombou aqui no nosso Município e todo mundo foi
67 atendido. Quanto ao assunto levantado pela Alzira a Conselheira Izabel, concorda com ela, pois já teve que
68 esperar por várias horas, para receber atendimento, causando um descaso muito grande para todos.
69 Também citou o caso de uma Pediatra do 24 horas, que não deixa os pais falarem nada e é estúpida com
70 todos. O conselheiro Venceslau, disse que a comissão de Controle e Avaliação, tem problemas de
71 locomoção e é preciso fazer um levantamento e também não estamos recebendo nada da auditoria e essa
72 comissão deveria ir atrás dos problemas. O Dr. Vidotto falou que está vendo a possibilidade de arrumar um
73 veículo para isso e que temos despesas com motoristas, com alimentação, combustível, etc.. A Secretaria
74 de Saúde tem um empenho para essas despesas, mas com a viagem para Florianópolis, onde a despesa
75 foi grande e o dinheiro acabou. Para Apucarana, não havia dinheiro, mas para corrigir isso, existe uma
76 verba de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e ele irá pedir R\$1.000,00 (mil reais) para poder atender esses casos,
77 depois haverá uma prestação de contas e quem gastou, será ressarcido. A comissão poderá usar esta
78 verba específica do Conselho para locomoção. O Conselheiro Jose Luiz, disse que no Jardim do Sol, houve
79 um caso de óbito de uma criança e estão alegando erro médico ou negligência, pois a criança era muito
80 grande, primeiro filho, esperou parto normal e a criança morreu. Dr. Vidotto explicou que a parturiente foi
81 acompanhada, estava tudo normal, então se concluiu que fosse parto normal, mas se houvesse algum
82 problema deveria procurar ajuda. Ela foi atendida, foi para o centro cirúrgico, foi feita casaria, mas a criança
83 já havia aspirado dentro do útero, foi feito todo procedimento, encaminhada para o neonatal do Hospital
84 Evangélico, mas não resistiu. Explicando todo procedimento médico disse não haver erro médico, foi uma
85 fatalidade, ninguém tem culpa. O Conselheiro Jose Luiz perguntou se a culpa então era da mãe e que
86 talvez por falta de informações da família, estão falando mal de todo mundo, e se não seria possível ir
87 alguém até lá, como uma assistente social, por exemplo, para dar esclarecimentos. O Conselheiro Zanatta,
88 é de opinião de que esse assunto deveria ir para a Comissão e o Dr. Vidotto deu-lhes carta branca para
89 fazer esse trabalho. O Conselheiro Antonio Martins, disse que não foi para Apucarana e Curitiba, por falta
90 de dinheiro. A Conselheira Leonice, colocou que está havendo muita reclamação de gestantes, inclusive
91 uma delas reclamou que o obstetra foi embora. ele ficou sem cuidados e foi obrigada a procurar outro
92 médico e que a Santa Casa está só cobrando. Dr. Vidotto disse que irá ter uma reunião com o pessoal da
93 Santa Casa. A Conselheira Izabel disse que concorda com a colocação da Leonice, pois, não está tendo o
94 parto humanizado, as parturientes não estão sendo respeitadas. Viu um programa do Ministério da Saúde,
95 falando sobre parteiras e estão capacitando as enfermeiras, por exemplo, para realizar esse procedimento e
96 se o Dr. Vidotto está se inteirando desse assunto, sendo que ele lhe respondeu que o que está sendo
97 viabilizado é o atendimento de alto risco, que as enfermeiras já estão fazendo os partos, mas precisam ter o
98 CRM para isso o Dr. Luiz Marcelo diz que ficou chocado com uma realidade que vivenciou no 24 horas. Sua
99 filha precisou fazer uma inalação e ele a levou até lá. A situação é caótica, pois viu mães com seus filhos,
100 esperando horas para serem atendidas. As atendentes correndo para todos os lados, procurando atender,
101 falta médicos, etc.. Uma senhora lhe disse que seu filho foi consultado, mas não tinha remédio, ela não
102 podia comprar, voltou no 24 horas e nada conseguiu. Ele lhe pediu que fosse no Ministério Público e lá lhe
103 compraram o remédio. O Município precisa contratar mais médico. O Dr. Vidotto concordou com ele e
104 quanto ao 24 horas, quando foi implantado, seria para atendimento emergencial, encaminhamentos e
105 melhor atendimento, mas não deu certo, isso não aconteceu. A região sul, ocupava muito o 24 horas, mas
106 agora com a UBS do São Bento, isso já mudou. O problema também é com Pediatras, que o município está
107 bancando, assim como a dificuldade de contratação de profissionais de certas especialidades. Ele está
108 sempre lutando por esse atendimento no 24 horas, mas está difícil, pois precisa de plantonistas e não
109 consegue. O Conselheiro Jose Luiz, falou que ainda bem que o Dr. Luiz Marcelo não precisou de
110 ambulância, porque ele teve um acidente em sua casa, chamou a ambulância que demorou duas horas
111 para chegar e para voltar ficou fazendo turismo, de tantos lugares que ela passou antes de levá-lo para
112 casa. Pediu um atestado e não lhe deram, era para voltar no dia seguinte, bem cedo, para pegar. A
113 Conselheira Izabel, perguntou como ficará o problema de Pediatras nos finais de semana e o Dr. Vidotto
114 lhe respondeu que ficará no 24 horas, já que as unidades não irão funcionar. O Conselheiro Venceslau,
115 disse que o 24 horas sempre foi um problema, não se esperava que a demanda fosse tão grande, não se
116 está dando conta e nada foi feito para melhorar. A estrutura é pequena, o local é inadequado, são só duas
117 ambulâncias para atender todo Município e há falta de capacitação dos motoristas, que não sabem como
118 atender os pacientes e o atendimento deveria ser só de urgência e emergência. O Dr. Vidotto disse que o
119 24 horas foi criado para viabilizar o atendimento, ajudando os hospitais, foi descentralizado e feito o
120 atendimento no Hospital Nossa Senhora de Lourdes, que tinha uma boa estrutura, só que foi mudado para
121 o local atual, pois ao invés de arrumar o antigo, preferiram reformar o cinema, decerto mais importante. O
122 24 horas realmente dá atendimento à emergência, mas é preciso que haja qualificação de todos. Agora
123 existe o SAMU, que tem que atender e são qualificados, mas Venceslau disse que o SAMU não atende o
124 nosso Município e que falta qualificação até de quem atende ao telefone e o motorista da ambulância, às

Conselho Municipal de Saúde Arapongas-Pr

125 vezes, não sabe fazer o procedimento. O Conselheiro Osvaldo disse que levou sua neta no 24 horas e foi
126 muito bem atendido. O Dr. Vidotto lembrou que apesar de várias reclamações, também precisamos elogiar
127 quando há um bom atendimento, não podemos generalizar. A seguir o Dr. Vidotto apresentou à todos , o
128 Decreto nº-328/06 de 28 de junho de 2006, nomeando os componentes do Conselho Municipal de Saúde,
129 pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Roberto pugliese. Passou-se então para a pauta seguinte, que tratou da
130 reestruturação das comissões e será preciso aumentar mais duas comissões , ou seja, comissão de
131 vigilância sanitária e CAEGTS, que trata da Saúde do Trabalhador, de modo geral e seguindo o Conselheiro
132 Zanatta, essa comissão é muito importante, inclusive no Ministério da Saúde, existe uma área específica
133 para isso. Na Comissão de Vigilância Sanitária, existe o plano Diretor Regional e Controle Social e devemos
134 montar essa comissão com pessoas do Conselho e não pessoas da Vigilância Sanitária, pois, segundo a
135 Conselheira Maria de Lourdes, eles dariam um apoio técnico e como Zanatta perguntou se seria
136 permanente ou temporária, ela também opinou que seria permanente. O Dr. Vidotto disse que essa
137 Comissão iria englobar Vigilância Sanitária e tudo que diz respeito à saúde de um modo geral.O
138 Conselheiro Zanatta disse que vários conselheiros têm interesse em particular das comissões e já que
139 estamos reestruturando, deveríamos implementar, convidar outros conselheiros, sendo que cada um
140 poderia entrar em duas ou três comissões. Poderíamos fazer reuniões mensais ou quinzenais, estabelecer
141 cronogramas de atividades, traçar diretrizes e depois apresentar ao Conselho Municipal. O Dr. Vidotto disse
142 que haverá uma reforma do CSU e é preciso haver uma sala para o DST, para coleta e palestras e nós
143 poderíamos fazer essas reuniões naquele local, também perguntou se todos concordam com a criação de
144 mais essas comissões e todos concordaram. Houve uma cobrança do Ministério Público com relação à
145 acidente de trabalho, atendimento ao trabalhador, englobando tudo que diz respeito ao trabalhador, pois, é
146 ele que sustenta o sistema. Antes o atendimento era total e hoje ele está na fila do SUS. Então é preciso ver
147 qual é o atendimento e o respaldo que ele está tendo. Dr. Vidotto também colocou que é preciso avaliar o
148 cumprimento das normas para o trabalhador, pois foi o mais injustiçado, já que antes havia o IPC, IAPT,
149 IAPI, etc.. e o atendimento era outro. Com o INPS , fundo rural etc.. tudo foi nivelado, mas o trabalhador foi
150 o menor beneficiado. Essa comissão iria avaliar e pleitear um melhor atendimento ao trabalhador, que paga
151 um seguro e não é bem atendido. Na comissão de Vigilância Sanitária , se houver algum boato de surtos,
152 ela irá averiguar e passar também ao Conselho. Zanatta disse que o plano de cargos e carreiras deve ser
153 pautado pela comissão de Gestão do trabalho e saúde. O Conselheiro Venceslau colocou que em
154 Florianópolis, encontrou-se com pessoas da Controladoria Geral da União e que em Apucarana, nosso
155 município foi bem representado e essas atividades tem que ser repassadas, mas não da para passar para
156 todos em uma reunião e seria o caso da Comissão de Controle e Avaliação, reunir -se separadamente.
157 Quanto as Comissões, o conselheiro Zanatta sugeriu que cada conselheiro participasse de apenas duas
158 comissões. Temos trinta e dois conselheiros entre titulares e suplentes, ou também poderia haver a
159 participação em até três comissões, dependendo do interesse. Drº Vidotto sugeriu cinco pessoas em cada
160 comissão. Foi então perguntado quem gostaria de participar, sair de uma e entrar em outra e finalmente
161 foram montadas as comissões, que ficaram da seguinte forma: Comissão de Controle e Avaliação: Antonio
162 Martins dos Santos, Eucir Antonio Zanatta, Irene dos Santos Bertanha, Maria de Lourdes Campos Azevedo,
163 Maria Izabel Madeira Girassol e Venceslau Adolfo de Melo Jr. A comissão de Planejamento: Jose Roberto
164 Vidotto, Leonice Camilo dos Santos, Evandro Rodrigues de Souza, Maria de Lourdes Campos Azevedo e
165 Sandra Roseli Honório. Comissão de Orçamento de Finanças: Eucir Antonio Zanatta, Maria Izabel Madeira
166 Girassol, Antonio Alves da Silva, Salvador Carvalho dos Santos, José Basílio Gonçalves Filho. Comissão de
167 Vigilância Sanitária em Saúde: Antonio Martins dos Santos, Evandro Rodrigues de Souza, Jorge Luiz
168 Ampessan, Salvador Carvalho dos Santos e José Luiz Pereira. Comissão de Acompanhamento em
169 Educação e Gestão do Trabalho e Saúde: Venceslau Adolfo de Melo Júnior, José Basílio Gonçalves Filho,
170 Leonice Camilo dos Santos, Antonio Alves da Silva e Maria de Lourdes Campos Azevedo. As comissões
171 resolverão entre si quem será o coordenador e o relator de cada uma. A pauta seguinte tratou sobre
172 contratos com prestadores do Município, sendo que o Dr. Vidotto explicou que serão contratados novos
173 profissionais, os concursados trabalham em regime de plantão, o PSF é contratado pelo regime CLT, não
174 tendo estabilidade e a contratação é feita mediante licitação em se tratando de especialistas. Sobre o Plano
175 Municipal de Saúde, o Dr. Vidotto, deu uma explicação geral sobre o assunto, sobre o planejamento feito e
176 que a Comissão de Orçamento e Finanças deverá analisar e depois será levado à plenário do Conselho
177 Municipal de Saúde. A Conselheira Maria de Lourdes lembrou que o Plano Municipal de Saúde, seria
178 elaborado de um ano para outro, mas o nosso está atrasado, pois deveria ter sido apresentado até abril; e
179 inserir o profissional farmacêutico, dentro dos programas Municipais de Saúde, no próximo ano. O
180 Conselheiro Venceslau colocou que deveria haver uma prestação de contas a cada três meses, mas como
181 mudou de secretário e o Dr. Vidotto entrou a pouco tempo, vamos aguardar. O conselheiro Zanatta gostaria
182 de uma aproximação maior do Conselho com a Ouvidoria e que a mesma fizesse um relatório do que está
183 sendo feito. Após mais alguns comentários, a reunião foi encerrada e eu Maria Adelaide Oliveira Cireia,
184 lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais Conselheiros.